

Marcelo Lopes de Souza

## «Involução Metropolitana» e «Desmetropolização»: Sobre a Urbanização Brasileira nas Décadas de 80 e 90\*

### 1. Introdução

O fenômeno da metropolização, geralmente identificado como um sério problema dos países do Terceiro Mundo, vem merecendo, já há várias décadas e sob diferentes ângulos, a atenção de geógrafos, sociólogos e economistas urbanos, assim como de planejadores. A literatura internacional acostumou-se, durante muito tempo, a encarar a problemática da urbanização no «Terceiro Mundo» de uma tal forma como se a concentração de pessoas e potencial econômico em poucas cidades fosse um fenômeno permanente. No interior desses marcos analíticos, o crescimento metropolitano aparecia como um problema grave e urgente, continuamente realimentado pelas migrações cidade-campo e pelo crescimento populacional vegetativo. A metropolização representaria o estágio mais elevado e preocupante da problemática da urbanização, e como tal precisaria ser contida.

No que concerne ao Brasil, porém, já se vem, há algum tempo, constatando uma realidade diferente da sugerida por esse quadro simplificador. Desde certos trabalhos pioneiros, realizados nos anos 80 (como Redwood III 1984), que defenderam, inspirados pela conhecida teoria de Harry Richardson, a tese de uma «reversão da polarização» na urbanização brasileira já na década de 70, até os estudos de detalhe de diversos pesquisadores brasileiros (com destaque para Martine 1992; Diniz 1993 e 1995; Santos 1993; Cano 1997; Martine/Diniz 1997), a literatura tem refletido a crescente complexidade do padrão de urbanização no Brasil no

---

\* O presente texto sintetiza alguns dos resultados preliminares de uma pesquisa ainda em andamento, financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), intitulada «Desafios contemporâneos para o desenvolvimento sócio-espacial nas metrópoles brasileiras».

contexto de considerações sobre os padrões cambiantes de concentração e desconcentração industrial.<sup>1</sup>

Os problemas e conflitos urbanos recrudescem em toda parte, é certo, sobretudo nas duas metrópoles nacionais – São Paulo e Rio de Janeiro –; todavia, justamente nessas duas metrópoles declinam as taxas de crescimento demográfico de maneira bastante acentuada, configurando um fenômeno que, na verdade, é experimentado também pela maioria das metrópoles regionais, ainda que em menor grau. Embora esse decréscimo possa ser saudado como uma minimização da pressão quantitativa, no fundo ele é um indício da existência de sérios problemas qualitativos – um indicador de uma verdadeira *crise metropolitana*, poder-se-ia dizer, especialmente no Rio e em São Paulo –, ainda que, obviamente, nenhum município possa crescer indefinidamente a taxas altas. Essa queda vincula-se não somente a transformações de longo prazo do comportamento reprodutivo (declínio das taxas de fecundidade devido ao ingresso maciço das mulheres no mercado de trabalho), mas também à perda de atratividade das metrópoles nacionais com relação à localização da atividade econômica e, por conta disso, igualmente com relação aos fluxos migratórios. O que importa ressaltar é, de toda maneira, que em ambos os casos não se trata, de forma alguma, de metrópoles que estão a crescer rapidamente, no âmbito de uma metropolização febril; o desafio, desde os anos 80, consiste, isso sim, em enfrentar com sucesso os problemas sociais e sócio-espaciais de metrópoles que, a despeito de uma certa estagnação demográfica, acham-se ainda e cada vez mais marcadas por fatores de deseconomias de aglomeração de todos os tipos, o que tem contribuído para a redução das taxas de crescimento.

Muito especialmente as duas metrópoles nacionais são atualmente vítimas de uma «involução», para usar a expressão empregada por Milton Santos (1993). Para evitar mal-entendidos: essa «involução metropolitana» significa uma deterioração geral das condições de vida e habitabilidade, e *não* uma redução do tamanho urbano. Compreendida no contexto de transformações mais gerais que vêm estimulando, desde os anos 70, uma interiorização do emprego industrial e a uma desconcentração da urbanização (Martine 1992; Diniz 1993 e 1995; Cano 1997; Martine/Diniz 1997), está ela a contribuir, cada vez mais, para uma certa

---

<sup>1</sup> A literatura internacional tem sido, de sua parte, retroalimentada pelos estudos dos pesquisadores brasileiros, publicados tanto no próprio Brasil quanto no exterior. Seja citado, a título de exemplo, o artigo de Bähr/Wehrhahn (1995).

«desmetropolização relativa», observável na escala nacional (ver Martine 1992; Santos 1993).

Quanto à desmetropolização (relativa), esta expressão *não* implica, como bem enfatizou Santos (1993), postular um arrefecimento *geral* da metropolização no Brasil, nem tampouco sugerir que estejam tendo lugar perdas populacionais absolutas para as metrópoles individualmente consideradas. Na verdade, o que ocorre é que a metropolização passa a associar-se mais e mais à emergência de *novas metrópoles*, e não mais ao crescimento das antigas (sobretudo das metrópoles nacionais). No entanto, não devem ser subestimadas as vicissitudes das metrópoles maiores, cabalmente expressas por meio daquilo que o autor do presente trabalho vem chamando de «fragmentação do tecido sociopolítico-espacial da metrópole» (ver, por exemplo, Souza 1995a; 1995b; 1996; 1997), nem se deve deixar passar despercebido o esboço de «suburbanização ampliada» que caminha paralelamente e em conexão com a «involução metropolitana», cujo cerne é precisamente essa fragmentação.

Vários modelos foram propostos, nos últimos vinte anos, com o objetivo de apreender as relações entre certas transformações econômicas cruciais e de alcance planetário em curso nas últimas décadas (Terceira Revolução Industrial, globalização econômico-financeira etc.) e o crescimento e a dinâmica urbanos. «Cidade mundial» (Friedmann/Wolff 1982), «cidade global» (Sassen 1991) e «cidade informacional» (Castells 1989) são três rótulos que identificam os três modelos explicativos das relações entre economia e urbanização mais badalados atualmente. Todos esses modelos, porém, estão voltados, basicamente, para realidades urbanas de países capitalistas centrais. Mesmo quando cidades de países semiperiféricos são consideradas, como ocorre com o modelo das *world cities* de Friedmann/Wolff, as suas especificidades não são devidamente ressaltadas. A utilidade desses esforços interpretativos, inspirados sobretudo por grandes cidades do «Primeiro Mundo» como Nova Iorque, Londres e Tóquio, para a análise das cidades de países semiperiféricos, é limitada, ainda que, em um mundo cada vez mais mundializado e integrado, as grandes metrópoles de países centrais e (semi)periféricos apresentem diversas características comuns.

Particularmente aquilo que o presente autor tem chamado de fragmentação do tecido sociopolítico-espacial não foi incorporado pelos esforços analíticos dos estudiosos da urbanização brasileira; a dimensão sociopolítica e sua espacialidade, na verdade, não vêm sendo adequadamente valorizadas, o que tem deixado uma importante lacuna no que se

refere ao exame da «involução metropolitana». O presente trabalho pretende exatamente contribuir para fazer avançar essa discussão, adicionando o ingrediente extra da suburbanização ampliada e contextualizando a análise da escala local com a ajuda das reflexões sobre a desmetropolização.

## 2. «Involução metropolitana»: o novo significado do «lumpemproletariado» no Brasil urbano-metropolitano

A década de 80, marco temporal inicial do presente trabalho, caracterizou-se por uma estagnação econômica que teve fortes repercussões negativas sobre o nível de empregos (e, por tabela, sobre a pobreza), a despeito de algumas oscilações conjunturais. Como apropriadamente sintetizaram Baltar/Dedecca/Henrique, na década de 80, conhecida em toda a América Latina como a «década perdida» devido à crise da dívida externa, «[...] o dinamismo da geração de empregos associado à trajetória de desenvolvimento das décadas anteriores foi interrompido» (1997: 93).

Na verdade, a deterioração do quadro socioeconômico só não foi mais acentuada graças à influência daquilo que os autores supracitados chamaram de «fenômenos compensatórios», dentre os quais «o crescimento bastante lento da população urbana, principalmente nas grandes cidades» (Baltar/Dedecca/Henrique 1997: 94).<sup>2</sup> Esse crescimento lento significou, efetivamente, um certo alívio da pressão gerada pela demanda por postos de trabalho nos grandes centros urbanos. O que aconteceu, na verdade, foi que teve lugar um fenômeno de *retroalimentação negativa*: a crise econômica e o acúmulo de fatores de deseconomias de aglomera-

---

<sup>2</sup> O município do Rio de Janeiro acusou um crescimento médio anual de apenas 0,26% no período 1991/1996 (contra 0,67% entre 1980/1991, 1,82% entre 1970 e 1980 e 2,70% entre 1960 e 1970); a Região Metropolitana do Rio de Janeiro apresentou um crescimento médio anual maior que o do município-núcleo no período 1991/1996 – 0,77% –, devido ao crescimento ainda expressivo em muitos municípios periféricos, mas também ao nível da metrópole como um todo a queda foi acentuada (entre 1980 e 1991 o crescimento foi de 1,03%, entre 1970 e 1980 de 2,45% e entre 1960 e 1970 o crescimento fora de 3,62%). A Região Metropolitana de São Paulo e seu município-núcleo não apresentaram um crescimento médio anual tão medíocre quanto o do Rio na década passada, comparativamente, mas a queda não foi menos significativa: o município de São Paulo cresceu apenas 0,40% entre 1991 e 1996 (contra 1,16% entre 1980 e 1991, 3,67% entre 1970 e 1980 e 4,89% entre 1960 e 1970), e a Região Metropolitana de São Paulo apresentou um crescimento de 1,46% entre 1991 e 1996 (contra 5,53% entre 1960 e 1970, 4,45% entre 1970 e 1980 e 1,88% entre 1980 e 1991) (dados extraídos de IBGE, 1982; 1995; 1997).

ção (entre os quais deve ser incluída a própria violência urbana) colaboraram decisivamente para a diminuição da atratividade de São Paulo e, de modo ainda mais claro, do Rio de Janeiro para migrantes, ao longo da década passada, ocorrendo uma diminuição da disposição de migrar devido à pouca oferta de empregos e outras razões ligadas à deterioração das condições de habitabilidade. Graças a essa menor atratividade, aliada à perda de ímpeto do crescimento vegetativo, é que a crise urbana nas duas metrópoles nacionais não se vem apresentando ainda mais grave do que já é.

As medíocres taxas de crescimento populacional registradas desde os anos 80, ainda que tenham evitado que o agravamento do quadro social fosse ainda maior, representam meramente um paupérrimo consolo, o qual não elide os fatos de que as metrópoles passaram a repelir justamente as camadas médias – mais qualificadas e mais dotadas de mobilidade espacial – e de que a pobreza foi, de qualquer maneira, um problema dos mais alarmantes durante a década passada. Segundo a economista Sonia Rocha (1996), apoiada em dados da PNAD, parece que o nível de pobreza *absoluta* permaneceu mais ou menos estável ao longo da década de 80, com exceção da metrópole carioca, onde ele nitidamente subiu, refletindo fatores especialmente adversos mais propriamente sub-regionais e locais. A indigência (subconjunto da pobreza absoluta), contudo, cresceu em diversas regiões metropolitanas, inclusive naquelas onde o percentual de pobres absolutos declinou: foi o caso em São Paulo, Belo Horizonte e Curitiba (Rocha 1996). Seja lá como for, a pobreza *relativa* recrudescceu; ou seja, agravou-se a disparidade de rendimentos. Para Sonia Rocha, a diminuição dos fluxos migratórios devem ser acrescentados a queda da fecundidade e o aumento da taxa de participação, fatores esses que perfazem um conjunto de «fenômenos compensatórios» que teriam evitado o não-agravamento da pobreza absoluta na maior parte das metrópoles: «mais pessoas trabalharam, embora em condições de crescente informalidade, baixa produtividade e rendimentos declinantes» (Rocha 1996: 244). A própria autora faz notar, todavia, que «[o]bviamente trata-se de uma evolução adversa, pois implica a redução do lazer e de cuidados com a família sem compensação pelo lado da renda». O que ocorreu foi que, com o fito de driblar a pobreza absoluta, muitos tiveram de partir para uma segunda jornada de trabalho, fosse no setor formal da economia, fosse no informal. Além disso, não se pode perder de vista que a década de 80 foi aquela onde a importância do informal ilegal (com des-

taque para o tráfico de drogas) cresceu assustadoramente em diversas metrópoles brasileiras.

A despeito da estabilização da inflação em um patamar baixo propiciada pelo Plano Real, a década de 90, no geral, não parece ser muito mais favorável que a de 80. A penetração setorial e geograficamente seletiva de tecnologias da Terceira Revolução Industrial, conjugada com a introdução de métodos «racionais» de gestão que redundam em «enxugamento» dos quadros das empresas, juntamente com a difusão de relações de produção «flexíveis», como terceirização e subcontratação, fazem parte do quadro de reestruturação produtiva que vem cada vez mais caracterizando o Brasil dos anos 90 – tudo isso nos marcos de uma crescente abertura para o exterior. Um dos efeitos disso tudo tem sido um inegável aumento de produtividade da indústria nacional. Todavia, esse não é o único efeito. Essa reestruturação produtiva tem, do ponto de vista da mão-de-obra, ocasionado importantes impactos negativos: desemprego, notadamente na indústria, e precarização das condições de trabalho, com aumento da taxa de informalidade. Em acréscimo a isso, faz-se mister lembrar, ainda, o fator institucional que é a tendência gradual de o Estado diminuir sua participação na promoção do bem-estar coletivo, acompanhando o exemplo semelhante observado há mais tempo nos países do «Primeiro Mundo» ver, sobre essas questões, Antunes 1995, Baltar/Dedecca/Henrique 1997, Cacciamali/Bezerra 1997; Salm/Sabóia/Carvalho 1997, Portugal/Garcia 1997).

O que se está desenhando paulatinamente é uma espiral ascendente de exclusão de população trabalhadora relativamente ao setor formal da economia, o que, via de regra, quer dizer exclusão relativamente a uma qualidade de vida satisfatória. Não se está a negligenciar, aqui, o fato da diminuição da pobreza absoluta e mesmo da disparidade de rendimentos que decorreu do Plano Real (conforme constatado, dentre outros, pela economista Sonia Rocha [1997a]). Entretanto, como observou Sonia Rocha, os efeitos redistributivos da estabilização monetária tinham um alcance limitado, e se esgotaram com a consolidação desta; «[d]aqui para a frente», assinalou a economista, «a criação de empregos e o aumento dos rendimentos do trabalho, especialmente daqueles na base da distribuição, voltam a depender da capacidade de realizar investimentos, da taxa de crescimento econômico que possa ser obtida e dos seus efeitos em termos de criação de empregos e distribuição do rendimento do trabalho» (Rocha 1997b: 13). À luz das tendências acima delineadas, que dizem respeito não apenas a transformações internas ao país, mas também a

mudanças em curso já há um bom tempo em nível global, não parece haver margem para muito otimismo.

«De forma crescente, o desemprego é constituído de pessoas que não foram ainda incorporadas ao mercado de trabalho ou que o foram precariamente, e nem foram expulsas de atividades em extinção» (Dedecca 1997: 75). Considerando-se isto pode-se dizer que o quadro atual é, como faz notar Dedecca (1997: 74-75), diferente tanto daquele existente durante a Revolução Industrial na Europa – onde o que se tinha era uma massa de população expulsa do campo e de atividades artesanais destruídas pelo novo modo de produção capitalista que se impunha, o qual criava o seu próprio mercado de trabalho pautado na indústria e no assalariamento – quanto daquele dos períodos de crise marcados por forte desemprego como no final do século XIX e nos anos 30 do século XX – onde era possível esperar uma reabsorção de boa parte dos demitidos quando de uma recuperação da economia. Basta ver que, depois da longa crise da «década perdida» e da recessão durante o governo Collor de Mello, a produção industrial voltou a crescer no Brasil, mas não o emprego (Cacciamali/Bezerra 1997: 31). A estrutura de classes transforma-se na esteira da redução do percentual de trabalhadores formais e do aumento da precarização das condições de trabalho da maioria da população, quando ocorre uma elevação estrutural do patamar de desemprego.

«Lumpemproletariado» é um termo que remete especialmente a Karl Marx. Contudo, vivendo no século passado e tendo como «laboratório» mais imediato a Inglaterra vitoriana, onde ele passou a maior parte de sua vida intelectual, Marx tinha diante de si uma estrutura de classes bem menos complexa que a do Brasil contemporâneo. Embora as formações sociais européias contivessem «resíduos» do modo de produção feudal, como o campesinato e os proprietários fundiários, e apesar da existência de outras ocupações que não eram tipicamente capitalistas, para Marx a relação de trabalho característica do capitalismo era o assalariamento, no bojo da qual se confrontavam as duas classes essenciais desse modo de produção: os capitalistas e os proletários. A contradição entre capital e trabalho era, para Marx, a contradição fundamental do capitalismo, fator impulsionador de uma luta de classes que culminaria com a substituição desse modo de produção pelo modo de produção socialista.

Na verdade, Marx e Engels não dão grande atenção ao lumpemproletariado. Este configuraria, para eles, uma pequena parcela da «superpopulação relativa» (excedente populacional relativamente às necessidades imediatas do modo de produção) que, devido à sua degradação física

e/ou psicológica ou por causa de seu envolvimento com atividades criminosas, não seria um subconjunto dos pobres respeitáveis e nem tampouco da classe trabalhadora, e por conseguinte não seria também parte do exército industrial de reserva: trata-se daqueles indivíduos que eles agrupavam sob expressões nada sutis como «rebotinho do proletariado» (Marx 1980: 746-747) e «putrefação passiva das camadas inferiores da velha sociedade» (isto é, do campesinato desenraizado e dos artesãos empobrecidos) (Marx/Engels 1982: 116) – notadamente, os «mendigos, vagabundos, criminosos e prostitutas» (Marx 1978: 119). Sob o ângulo econômico, Marx e Engels consideram o lumpemproletariado supérfluo; sob o ângulo político, consideram-no irrelevante, ou mesmo nefasto, na qualidade de massa de manobra nas mãos da classe dominante. Os fundadores do pretenso «socialismo científico» não disfarçavam, portanto, um juízo de valor francamente negativo sobre os lumpemproletários, inclusive porque, devido à sua desorganização ou, pelo menos, não-enquadramento na ordem preconizada por eles – o socialismo –, a ser instaurada pela classe revolucionária por excelência (o virtuoso proletariado explorado), os lumpemproletários não seriam nem úteis nem confiáveis.

Debrucemo-nos, agora, sobre as relações entre trabalho, pobreza e exclusão que se apresentam perante nós no Brasil metropolitano contemporâneo, notadamente nas duas metrópoles nacionais. Sem querer negar que há variações de região para região e de metrópole para metrópole, por força das diferenças interregionais e interlocais nos níveis de pobreza absoluta e relativa, de industrialização etc., parece ser legítimo tentar oferecer alguns comentários, no âmbito dos quais buscar-se-á captar generalizadamente a situação nas metrópoles brasileiras. Com isso, espera-se, será possível destacar algumas diferenças importantes em comparação com a situação observada e refletida por Marx.

Não apenas nos países ditos desenvolvidos, mas também em um país semiperiférico como o Brasil, ao mesmo tempo subdesenvolvido e industrializado, o assalariamento é, hoje, uma relação de trabalho que, de tão generalizada, não apresenta qualquer poder conceitualmente discriminador. O proletariado, no sentido estrito de Marx – trabalhadores assalariados, manuais ou não, reduzidos a papéis de simples execução, e dos quais se extrai a mais-valia –, apresenta-se, no Brasil atual, numericamente relativamente reduzido e geograficamente bastante concentrado. De mais a mais, o operariado industrial mais qualificado é um segmento relativamente privilegiado entre os pobres urbanos, não raro atingindo



um padrão de vida de classe média e encontrando-se razoavelmente integrado na sociedade de consumo.

Em contraste com isso, pode-se facilmente verificar que o lumpemproletariado cresce em importância no Brasil – não apenas quantitativamente, mas também sob o ângulo *sociopolítico*. Independentemente do fato de que o lumpemproletariado nas cidades inglesas de meados do século XIX era, ao que tudo indica, numericamente menos expressivo que nas grandes metrópoles contemporâneas de um país como o Brasil, o fato é que Marx estava mentalmente controlado por um viés ideológico, alimentado pelo peso *crescente* da classe operária e a esperança de que essa classe realizasse a revolução socialista. A isso deve-se acrescentar que, na Europa, a tendência, desde fins do século passado, foi a de uma diminuição gradual da pobreza, com a redução quantitativa das camadas mais degradadas. No Brasil, muito diversamente, o peso relativo do operariado industrial, desde sempre limitado pelo caráter incompleto e geograficamente concentrado da industrialização brasileira, amesquinha-se ainda mais na esteira da onda contemporânea de desemprego tecnológico, enquanto que, de outra parte, o peso do lumpemproletariado aumenta, inclusive o daquela parcela envolvida com atividades criminosas. A esse respeito, vale considerar o seguinte depoimento do presidiário William da Silva Lima, o «Professor» (integrante da geração fundadora da rede de tráfico de drogas de varejo conhecida como «Comando Vermelho»), prestado a um detetive da Divisão Anti-Sequestro do Rio de Janeiro:

«Vou aos morros e vejo crianças com disposição, fumando e vendendo baseado. Futuramente elas serão três milhões de adolescentes, que matarão vocês [a polícia] nas esquinas. Já pensou o que serão três milhões de adolescentes e dez milhões de desempregados em armas? Quantos Bangu I, II, III, IV, V [...] terão que ser construídos para encarcerar essa massa?» (Amorim 1993: 255)

### 3. A «fragmentação do tecido sociopolítico-espacial» das metrópoles

#### a) Pobreza, exclusão e estratégias ilegais de sobrevivência

As metrópoles continuam a ser, no Brasil de hoje, *loci* por excelência de concentração da riqueza, a despeito da desconcentração relativa e da interiorização da indústria e da urbanização que significam, também, uma desconcentração relativa da riqueza (conquanto a *centralização* da gestão permaneça). No entanto, na esteira da desconcentração de atividades e da fuga de profissionais altamente qualificados rumo a certas cidades de

porte médio, fica ainda mais evidente que a metrópole é, também, um *locus* de concentração de pobreza e miséria, assim como de tensões sociais. A pobreza urbana no Brasil é, como constata Rocha (1996), em primeiro lugar metropolitana. Trata-se de uma pobreza articulada ao funcionamento do centro dinâmico da economia brasileira, espelho das transformações dos setores mais dinâmicos da economia brasileira e seus impactos negativos sobre o mercado de trabalho. Não é à toa que uma das características básicas dessa pobreza metropolitana são as elevadas taxas de desemprego, além do alto percentual de mulheres chefiando domicílios (Rocha 1996).

Atualmente, a favelização e a periferização, expressões espaciais mais marcantes da pobreza urbana, impressionam não somente por sua magnitude, mas igualmente por sua complexidade. A antiga imagem das favelas como espaços formados por barracos feitos de materiais improvisados e completamente carentes de infra-estrutura só corresponde à realidade, no caso de favelas bem recentes, pequenas e periféricas; em quase todas as favelas do Rio de Janeiro e de São Paulo casas de alvenaria, ainda que mal-acabadas, dominam a paisagem, e a dotação de infra-estrutura técnica varia bastante de acordo com o tamanho, a localização, a antigüidade e o grau de consolidação do assentamento. A imagem geral da favela como um espaço residencial pobre e segregado permanece, sem dúvida, válida, se bem que algumas favelas, dependendo de sua localização, tenham se tornado alvo, a partir da década passada, de um afluxo de migrantes intra-urbanos integrantes de uma classe média baixa empobrecida pela crise e em fuga de aluguéis altos e impostos. Também a periferia passou a conhecer, desde os anos 80, um processo de heterogeneização; em que pese não ser errado continuar entendendo periferia como sendo sinônimo, no geral, de periferia urbana pobre, muitas periferias, como a carioca, passaram a ser procuradas por setores pequeno-burgueses desejosos de escaparem dos aluguéis muito elevados do município-núcleo, preferindo abrir mão de uma melhor localização para poder manter um certo padrão de conforto residencial no que concerne à moradia (Furlanetto/Cruz/Almeida 1987).

No que toca à favelização, o seu traço mais impressionante, da década passada para cá, tem sido, porém, a *territorialização das favelas por parte do tráfico de drogas*. As favelas, ao lado de outros espaços residenciais socialmente segregados, normalmente representam pontos de apoio logístico muito importantes para as quadrilhas que operam no varejo do tráfico de tóxicos nas diversas metrópoles brasileiras. É bem verdade, por um lado, que o destaque conferido pela mídia às favelas enquanto *loci* do tráfico de

varejo deixa na sombra os varejistas não-baseados em favelas e outros espaços residenciais pobres; usuários-revendedores e traficantes trabalhando com a distribuição de varejo operam a partir dos mais diferentes pontos da «cidade legal», como restaurantes, boates, instituições de ensino e apartamentos de classe média. No entanto, as favelas são, por diversas razões (vide Souza 1995a; 1995b; 1996), os palcos preferenciais do fenômeno da territorialização do espaço pelos traficantes.

Uma vez que o caso do Rio de Janeiro é o mais comentado e, de fato, é o mais grave, vale a pena deter-se um pouco mais nele. A virada dos anos 70 para os anos 80, tanto no Rio como também em outras cidades, pode ser assumida como um marco histórico da supra-referida territorialização das favelas pelos traficantes de drogas de varejo. O incremento desse processo de territorialização tem conduzido a uma fragmentação que exige a consideração em conjunto não apenas dos «territórios ilegais» de «poderes paralelos ao Estado» (favelas controladas por alguma quadrilha de traficantes, sendo que cada quadrilha normalmente está vinculada a algum «comando») mas, igualmente, daqueles espaços que não estão submetidos a nenhuma territorialização dessa natureza.

A percepção do que se passa no Rio de Janeiro como um processo de fragmentação teve origem em uma entrevista do autor com um líder de favela, conforme já havia sido relatado em trabalhos anteriores (Souza 1995a; 1995b; 1996; 1997). Em entrevista concedida ao autor em 12/7/1994, um líder da favela Morro do Céu, na Zona Norte do Rio de Janeiro, ponderou que esta cidade estaria sofrendo uma transformação, em cuja esteira as diferentes «comunidades» faveladas,<sup>3</sup> as quais eram mais ou menos «abertas» — ou seja, indivíduos residentes em favelas diferentes podiam visitar-se sem maiores obstáculos ou constrangimentos — passaram a «fechar-se» cada vez mais (*«as comunidades estão se fechando»*), e onde a mobilidade entre «comunidades» tornou-se um tanto difícil. A razão disso seria o fato de que, para cada favelado, as outras favelas que não a sua própria apresentar-se-iam mais e mais como territórios contro-

---

<sup>3</sup> É comum o emprego da palavra «comunidade» pelos moradores favelados, os quais, com isso, evitam o termo favela, tido por eles como depreciativo. Sem dúvida, é discutível até que ponto as favelas admitem ser vistas como «comunidades», palavra que evoca comunhão de interesses e mesmo harmonia. Por um lado, contrapondo-se ao mundo exterior, ao «asfalto» que as segrega, as favelas almejam apresentar-se como um bloco homogêneo; por outro, não só a heterogeneidade sócio-econômica em várias favelas, mas sobretudo as tensões derivadas da presença dos traficantes, parecem interditar o uso rigoroso do referencial «comunidade». Seja como for, o termo foi mantido aqui pelo autor, pois é parte integrante do discurso do entrevistado.

lados por quadrilhas rivais daquela que controla a sua própria. As rivalidades entre quadrilhas e «comandos» teriam conseqüências para a mobilidade espacial dos moradores das favelas na medida em que, ao visitarem uma favela diferente daquela em que moram, correriam o risco de ser interpelados e hostilizados. Para o entrevistado, somente em sua própria «comunidade» o favelado encontraria alguma segurança, como decorrência da normatização imposta pelos traficantes, os quais, visando a uma maior tranquilidade para o negócio, proíbem expressamente que crimes sejam praticados por bandidos comuns contra moradores da favela, punindo exemplarmente os transgressores (se bem que os próprios traficantes se comportam, às vezes, de maneira arbitrária com os moradores, o que demanda uma relativização do argumento).

E quanto aos espaços não-favelados? Aquilo que não é favela, ou seja, os bairros comuns, com seus espaços privados e públicos, o entrevistado chamou de «área neutra». Embora a expressão soe estranha, o que ele quis dizer é que esses espaços são, sob o ângulo da segurança, «terras de ninguém», espaços perigosos. A «área neutra» não disporia de proteção outra contra crimes comuns que não aquela oferecida pelo Estado, pretendido detentor, por meio da polícia e do Exército, do monopólio legítimo da violência. A margem de manobra do Estado enquanto agente ordenador, contudo, «encolhe» na prática, ao ser desafiado pelos enclaves controlados pelos traficantes de drogas e ao mostrar-se ineficiente na prevenção e no combate da criminalidade nas «áreas neutras». É bem verdade que um elemento importante fica de fora desse quadro: os condomínios exclusivos, que, por não serem favelas (são, a rigor, os seus perfeitos contrários), nem por isso são «áreas neutras», conforme discutir-se-á na próxima seção. Seja como for, a territorialização de favelas pelo crime organizado é um fator decisivo de fragmentação sociopolítico-espacial do tecido urbano e de *desordem* à escala da cidade como um todo, desordem essa que é, ao mesmo tempo, uma *nova ordem* social e espacial em construção.

## b) A contribuição da auto-segregação

O fenômeno do *declínio do homem público*, examinado por Richard Sennett (1989) com base na experiência européia e norte-americana, não é estranho ao Brasil, conforme o autor deste artigo já havia tido oportunidade de sublinhar em trabalho anterior (Souza 1997). Na realidade, a versão brasileira do processo é particularmente brutal, devido às especificidades sócio-histórico-espaciais do Brasil enquanto país semiperiférico (subde-

envolvido industrializado): violência, segregação e auto-segregação extremadas. Sennett focalizou o declínio da cultura – e dos espaços públicos – a partir do século passado, processo que se deu paralelamente à emergência daquilo que ele chamou de uma «sociedade intimista» na Europa e nos EUA. Atente-se, por exemplo, para a seguinte passagem: «o bairrismo e a autonomia local estão se tornando credos políticos de amplo espectro, como se as experiências das relações de poder tivessem mais sentido humano quanto mais intimista for a escala – mesmo que as estruturas efetivas de poder cresçam cada vez mais na direção de um sistema internacional. *A comunidade se torna uma arma contra a sociedade* [...]» (1989: 413; grifo de M.L.S.).

É impossível deixar passar despercebida a semelhança entre o quadro pintado por Sennett e a experiência brasileira da *auto-segregação*. No caso brasileiro, as condições de exercício da cidadania e conquista de uma maior autonomia, requisitos básicos para um desenvolvimento sócio-espacial autêntico, têm sido minadas pela espiral da violência e por seu corolário, que é a deterioração do clima social no cotidiano. Os cada vez mais numerosos guardas particulares, comumente mal-treinados, mal-remunerados e psicologicamente despreparados, os quais, nos lugares mais diversos, controlam e intimidam os cidadãos, já fizeram, mais de uma vez, por inépcia e despreparo, vítimas inocentes. A isso deve-se acrescentar a péssima imagem que se tem atualmente da polícia e a sensação, menos ou mais fundamentada, de insegurança devido à criminalidade, nas principais cidades brasileiras. Os cidadãos, sobretudo das metrópoles nacionais de Rio e São Paulo, sentem-se, em decorrência de tudo isso, intimidados nos espaços públicos, tornados «áreas neutras» no trágico sentido referido na seção anterior.

Do ponto de vista de uma larga fatia das elites urbanas das duas metrópoles nacionais, a auto-segregação baseada em condomínios promete ser uma solução para essa situação. Na verdade, diversos fatores têm contribuído, desde meados dos anos 70, para o incremento dos chamados «condomínios exclusivos» como habitat urbano elitista, símbolo máximo da *auto-segregação* que, em São Paulo e no Rio de Janeiro, alcançou elevado grau de sofisticação: 1) uma paisagem urbana crescentemente marcada pela pobreza e a informalidade; 2) a deterioração das condições gerais de habitabilidade e qualidade ambiental nos bairros residenciais privilegiados tradicionais, em decorrência de saturação infra-estrutural, superadensamento e poluição; 3) o desejo de uma maior «exclusividade» social; 4) eventualmente, a procura de novos espaços residenciais que a-

presentem amenidades naturais; 5) busca de segurança. O aumento da criminalidade violenta e também da «sensação de insegurança» vinculada, com maior ou menor base real, à criminalidade violenta objetiva, têm sido, no entanto, os fatores de estímulo à auto-segregação que mais vêm se destacando. Em São Paulo a auto-segregação é cabalmente simbolizada pelos condomínios do complexo de Alphaville, encravados nos municípios de Barueri e Santana de Parnaíba; no Rio de Janeiro são os condomínios de luxo da Barra da Tijuca os verdadeiros «guetos da classe média», para usar uma expressão empregada por Sennett.

Quais seriam, porém, os limites dessa «solução»? O desejo de apartar-se, deixando de fora de seu território tudo o que for feio ou perigoso, configura, evidentemente, um escapismo, e não um compromisso com a sociedade e a cidade. Ainda por cima é ele, no fundo, um escapismo *hipócrita*: afinal, os que têm condições de se auto-segregar não prescindem, enquanto patrões, daqueles que eles desejam excluir de seu cotidiano e de sua paisagem na qualidade de vizinhos, mas que são necessários na qualidade de porteiros, empregadas domésticas etc. e, na cidade existente fora dos muros do condomínio, na qualidade de trabalhadores em geral. A autonomia, em sentido progressista, ou seja, com o objetivo de preservar a identidade e garantir os direitos de indivíduos e grupos sociais específicos territorialmente referenciados, depreende uma abordagem multiescalar, a fim de que uma maior autonomia para uns não se fundamente em exclusão e privação estruturais de outros. A «autonomia» de um grupo em detrimento da solidariedade e a expensas dos interesses de um coletivo mais amplo nada mais é que um corporativismo espacial reacionário. Profeticamente, tomando a Barra da Tijuca como principal referencial empírico, já dissera Carlos Nelson Ferreira dos Santos no começo da década passada: «[s]endo um sucesso no que se refere à segregação espacial e desagregação urbana, o Condomínio talvez seja a maior ameaça já enfrentada pelas cidades brasileiras» (Santos 1981: 25).

E o que se passa nas «áreas neutras»? Primeiramente, é óbvio que nelas define-se a *civilidade*, bem definida por Sennett (1989: 323) como aquilo «que protege as pessoas umas das outras e ainda assim permite que elas tirem proveito da companhia umas das outras». Acontece que, na esteira desse definimento, a própria *cidadania* também há de se ver comprometida. A possibilidade de exercício efetivo da cidadania pressupõe uma margem de manobra que, diante da violência, do amedrontamento e do preconceito, diminui consideravelmente: da pura e simples liberdade de locomover-se pela cidade e usufruir dos espaços públicos sem precisar temer ser assaltado ou importunado até a liberdade de se organizar co-

munitariamente, como nas favelas do Rio de Janeiro, cada vez mais submetidas à influência espúria do tráfico de drogas.

O escapismo das elites não é algo que diga respeito, contudo, apenas aos condomínios exclusivos. Os *shopping centers* também compõem, juntamente com os condomínios exclusivos, o quadro típico desse escapismo. É bem verdade que os *shoppings* não são tão «fechados» quanto os condomínios; alguns são também freqüentados por pobres, tidos como indesejáveis e constantemente observados e controlados, embora em outros a presença de pobres seja imperceptível na paisagem humana desses «templos do consumo em segurança». Enquanto que no caso dos condomínios exclusivos os consumidores habitam naqueles espaços, no caso dos *shoppings* a clientela tem nestes, obviamente, apenas lugares onde buscam mercadorias oferecidas por outros. Os proprietários visam a uma clientela «homogênea» e «seleta» (a qual, por sua vez, deseja consumir «entre iguais», e não na presença de pobres e indigentes), mas não há, do ponto de vista do direito espacial, como interditar diretamente a entrada de indesejáveis. Assim, o que se faz é lançar mão de estratégias como o controle e a intimidação de indivíduos «suspeitos», mal-vestidos etc. Conquanto os *shoppings* sejam menos excludentes que os condomínios, eles são mais excludentes que os subcentros tradicionais.

A fragmentação do tecido sociopolítico-espacial é o quadro-síntese de todos esses fenômenos. O modelo gráfico da fig. 1, publicado originalmente em Souza (1997), incorpora os aspectos examinados na seção precedente, procurando ilustrar o processo de «fechamento» das favelas e transformação de espaços da «cidade legal» em «áreas neutras» no Rio de Janeiro. A esses aspectos foi adicionado o outro lado da moeda, a auto-segregação. Embora a figura seja uma representação modelística especificamente do caso carioca, a similitude com São Paulo é muito forte, tanto no que concerne à complexidade e temporalidade da auto-segregação (tanto Alphaville quanto a Barra da Tijuca são fenômenos de meados da década de 70), quanto no que toca à deterioração do clima social e declínio dos espaços públicos. O «fechamento» das favelas sob o efeito da presença das quadrilhas de traficantes é algo geograficamente mais difundido e mais intenso no Rio de Janeiro que em São Paulo, mas a distância entre as duas metrópoles não é significativa.

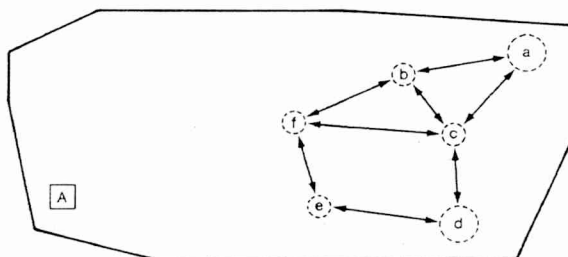
Em metrópoles regionais e cidades não-metropolitanas a fragmentação do tecido sociopolítico-espacial é, quando muito, incipiente. Sejam tomadas, a título de exemplos, Recife e Curitiba.

Fig. 1

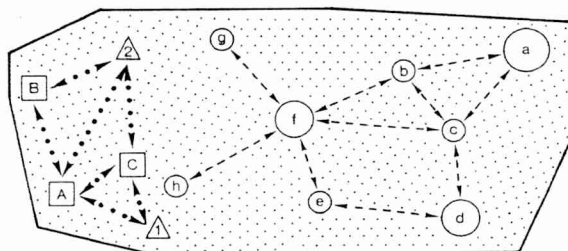
# MODELO DA FRAGMENTAÇÃO DO TECIDO SÓCIO-POLÍTICO-ESPACIAL NA METRÓPOLE DO RIO DE JANEIRO

## DOIS MOMENTOS REPRESENTATIVOS DA EVOLUÇÃO DO FENÔMENO

**1980 (fragmentação ainda inexpressiva):** tráfico de drogas sócio-espacialmente pouco impactante; auto-segregação com base em condomínios exclusivos (parcialmente relacionada com a busca de segurança pelos grupos sociais privilegiados) embrionária



**1995 (elevada fragmentação):** tráfico de drogas sócio-espacialmente muito impactante à escala das favelas e da metrópole, com inúmeras daquelas convertidas em "enclaves territoriais" controlados por organizações criminosas; auto-segregação bastante complexa: busca de segurança articula fortemente o local de moradia (condomínios exclusivos) e o local de consumo (*shopping centers*) de grande parte dos grupos sociais privilegiados



- (a) "COMUNIDADE" (FAVELA) ENQUANTO SUBSISTEMA ABERTO
- (a) "COMUNIDADE" (FAVELA) ENQUANTO SUBSISTEMA FECHADO
- POTENCIAIS DE MOBILIDADE ESPACIAL ENTRE "COMUNIDADES" (linha contínua = maior; linha tracejada = menor)
- A CONDOMÍNIO EXCLUSIVO
- △ SHOPPING CENTER
- ... DESLOCAMENTOS-SÍMBOLO DA AUTO-SEGREGAÇÃO (condomínio ↔ condomínio, condomínio ↔ shopping center)
- ... "ÁREAS NEUTRAS"

M. J. Lopes de Souza

Extraído de: SOUZA, 1997



Na Região Metropolitana de Recife, o bairro de Aldeia, no município de Camaragibe, apresenta hoje já diversos «condomínios», muitos dos quais servindo de residência principal para famílias de classe média. Tais «condomínios» apresentam dispositivos de segurança (muro, vigia), e vários dispõem de piscina, sauna etc.; seja como for, não são, no entanto, nem de longe tão complexos e sofisticados como os seus equivalentes de São Paulo e do Rio de Janeiro, nem mesmo considerando-se a situação de vinte anos atrás. Ao que parece, as amenidades naturais (mesoclima mais agradável) e o menor *stress* em comparação com o núcleo do Recife (pois trata-se de uma franja rural-urbana) têm sido os fatores preponderantes na ocupação de Aldeia pela classe média, que assim surge como uma opção em face de bairros mais típicos da elite recifense como Casa Forte ou Boa Viagem. Não obstante, em face da crescente insegurança no município-núcleo, pode-se imaginar que o fator *busca de segurança* venha a adquirir cada vez maior expressão, como tem sido o caso nas duas metrópoles nacionais.

Quanto a Curitiba, na metrópole paranaense o quadro é um pouco menos incipiente que em Recife. Há, em Curitiba, tanto tendências semelhantes às recifenses de uma auto-segregação embrionária e de pouca complexidade – or exemplo, na área de Santa Felicidade, no município-núcleo – quanto o esboço de empreendimentos bem mais sofisticados, como é o caso do condomínio Alphaville Graciosa, em São José dos Pinhais, município da região metropolitana. Com lançamento previsto para 1999, Alphaville Graciosa é uma iniciativa da Alphaville Urbanismo, pertencente ao grupo Albuquerque, Takaoka, o mesmo que construiu a Alphaville pioneira em São Paulo e, recentemente, começou a exportar seu *know-how* para outros estados e mesmo outros países.<sup>4</sup> A Alphaville curitibana será, inicialmente, um conjunto de cinco condomínios (em São Paulo são onze, com o décimo-segundo sendo preparado), ocupando uma área total de 250 hectares (*Folha de São Paulo*, 21/6/1998).

#### 4. Da «involução metropolitana» à «suburbanização ampliada» e à «desmetropolização»

Conforme já se havia adiantado na Introdução, a desmetropolização relativa nada tem a ver com um arrefecimento *geral* da metropolização no

---

<sup>4</sup> Além de Curitiba, está em andamento a reprodução do modelo Alphaville em Campinas e em Nova Lima (município da Região Metropolitana de Belo Horizonte), assim como nos arredores de Lisboa, em Portugal.

Brasil, nem tampouco com perdas populacionais absolutas para as metrópoles individualmente consideradas. O que acontece é que a metropolização passa a associar-se mais e mais à emergência de *novas metrópoles*, como Campinas, Santos e outras, ao passo que as taxas de crescimento da maioria das «metrópoles tradicionais» (São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Fortaleza e Belém) declinam<sup>5</sup> – sobretudo, como já se disse, as das duas metrópoles nacionais. A intensidade das migrações, afetada, na década passada, pela crise econômica (o fluxo total de migrantes caiu de 16 milhões nos anos 70 para 10 milhões nos anos 80), voltou a crescer em anos recentes, mas já então não sendo mais as duas metrópoles nacionais pólos tão importantes de atração e absorção de migrantes quanto haviam sido nas décadas anteriores; sobressaem, agora, algumas metrópoles regionais (como Curitiba) e prósperas aglomerações, cidades grandes e cidades médias (especialmente no Sul e no estado de São Paulo). A participação percentual das regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e de São Paulo na população total do país vem caindo,<sup>6</sup> entretanto, a participação das demais continua aumentando (com a exceção de Recife, onde se nota uma estagnação), a despeito do declínio das taxas de crescimento. O desempenho demográfico do conjunto das metrópoles entre 1991 e 1996 (taxa de crescimento de 7,8%), embora mais expressivo que o do país como um todo (7%), foi menor que o das cidades médias não-metropolitanas (9,8%), conforme mostram Andrade/Serra com base em dados do IBGE (1998: 24).

O escapismo das elites e da classe média, eventualmente, chega mesmo a transbordar para fora dos limites de uma auto-segregação baseada em condomínios exclusivos. Na escala propriamente metropolitana, ou seja, de cada metrópole individualmente considerada, verifica-se, em que pesem algumas diferenças, algo um pouco semelhante a um esboço daquilo que os europeus e norte-americanos denominam de «exurbanização» ou «suburbanização ampliada», onde o crescimento desloca-se para as bordas da metrópole, em direção ao campo e à franja periurbana, ou

---

<sup>5</sup> Curitiba, também uma metrópole «tradicional» (ou seja, cuja região metropolitana foi instituída nos anos 70), é uma honrosa exceção: apresentou, entre 1991 e 1996, um ligeiro aumento em sua taxa de crescimento, comparando-se com o período anterior (1990/1991): 2,38% contra 2,29% no município-núcleo e 3,40% contra 3,03% na região metropolitana como um todo (IBGE, 1995; 1997).

<sup>6</sup> A participação da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, que era de 7,6% em 1970, manteve-se em 7,6% em 1980, caindo para 6,6% em 1991; a da Região Metropolitana de São Paulo aumentou de 8,7% em 1970 para 10,6% em 1980, mas caiu para 10,4% em 1991.

expandindo ainda mais a área integrada ao espaço metropolitano (Gaebe 1987; ver, também, Perulli 1995). Trata-se, por conseguinte, de um fenômeno que também reclama a relativização da idéia de desmetropolização, uma vez que a suburbanização ampliada não deixa de representar uma expansão do comando imediato do núcleo metropolitano para além das regiões metropolitanas formais.

Em São Paulo, residir em uma cidade de porte médio, situada no entorno da metrópole, mas mantendo os vínculos de trabalho com esta, já é uma realidade para muitos. Com isso, deseja-se escapar dos graves problemas associados à metrópole, como congestionamentos sempre menos suportáveis, uma poluição do ar cada vez mais preocupante e, não com menor ênfase, uma insegurança mais e mais inquietante; deseja-se escapar, enfim, de tudo aquilo que, na escala metropolitana, tem concorrido, em São Paulo como no Rio, para a fragmentação do tecido socio-político-espacial. Ao mesmo tempo, a possibilidade de um *commuting* diário, graças à relativa proximidade geográfica, faz com que não seja necessário abrir mão de uma interação regular com o núcleo metropolitano.

Em alguns casos, como ocorre quando a transferência tem como destino Campinas, seria, provavelmente, abusivo falar de «suburbanização ampliada», pois Campinas é, ela própria, atualmente, uma aglomeração com feição metropolitana, em que pese a menor intensidade de seus problemas em comparação com São Paulo. Entretanto, se se considerar aquilo que já foi chamado de «macrometrópole paulista» (Souza *apud* Santos 1993: 75), o que compreende também as «novas metrópoles» de Campinas e Santos em torno da grande metrópole nacional de São Paulo, pode-se, sem dúvida, entender a área de Campinas como constituindo parte do limite externo da macrometrópole ou, como se pode também denominar, *megalópole paulista* (mais genuína e consistente, em sua articulação interna, que a pretendida «megalópole Rio-São Paulo»). Mesmo no caso de Campinas, por conseguinte, há uma notável similaridade com a «suburbanização ampliada» referida por autores europeus e norte-americanos.

Também em escala supralocal pode ser observada, sobretudo no estado de São Paulo, a atração exercida por núcleos situados fora das metrópoles tradicionais sobre indivíduos e empresas: migrantes de classe média (executivos, profissionais liberais etc.) buscam crescentemente sair dos aglomerados urbanos mais congestionados e conflituosos, e localizações novas de firmas em cidades médias do interior são uma realidade há

vários anos (Diniz 1995; Cano 1997; Martine/Diniz 1997).<sup>7</sup> Em São Paulo, particularmente, o fenômeno da interiorização do desenvolvimento urbano-industrial é grandemente facilitado pela boa infra-estrutura técnica e social da maior parte do estado, especialmente na próspera «Califórnia Brasileira» (região de Ribeirão Preto). Essa facilidade diminui ao considerar-se uma escala mais abrangente, embora as condições na maior parte das macrorregiões Sul e Sudeste sejam bastante convidativas (e, de fato, é no interior dessas regiões que se dá o essencial do processo de desconcentração industrial no Brasil, tendência essa que, de acordo com Martine/Diniz [1997], deverá permanecer). Esse quadro de grande dinamismo de muitas cidades médias e de algumas «novas metrópoles» – as quais representam uma *difusão* do fenômeno metropolitano pelo território nacional –, fazendo par com o arrefecimento do ritmo de crescimento das velhas metrópoles, especialmente do Rio de Janeiro e de São Paulo, tem, precisamente, justificado o uso da expressão *desmetropolização relativa*.

A fuga da metrópole, seja em busca de uma cidade de porte pequeno ou médio situada no entorno metropolitano, seja à procura de uma cidade do interior, é protagonizada, como já foi dito, tanto por indivíduos quanto por empresas, ao menos no caso de São Paulo. Por um lado, não são as empresas industriais sozinhas, especialmente em se tratando de tecnologias modernas, que responderão pela maior parte dos novos empregos gerados, uma vez que são elas extremamente intensivas em capital e tendem, cada vez mais, a substituir trabalhadores por maquinaria; por outro lado, as indústrias importantes localizadas no interior contribuem para aquecer as economias local e sub-regional em seu conjunto – de indústrias menores fornecedoras de peças e componentes até o comércio e os serviços mais variados –, apresentando, desse modo, uma capacidade decisiva de induzir a multiplicação da oferta de postos de trabalho, o que justamente sustentará o aspecto demográfico da referida fuga da metrópole. As atuais facilidades em matéria de transportes e comunicações atuam no sentido de vencer a barreira da distância geográfica, viabilizando uma *desconcentração física de atividades*. Não se deve extrair daí a conclusão, entretanto, de que a desconcentração física das atividades industriais caminha *pari passu* com a *desconcentração econômica* e com a *descentralização da*

---

<sup>7</sup> Deve-se notar que, como salientaram Martine/Diniz (1997: 217), a desconcentração brasileira associa-se basicamente a novos investimentos, e não tanto à relocação de unidades produtivas já existentes, ao contrário de países como os Estados Unidos e a Inglaterra.

gestão. Oliveira/Comin/Saraiva/Lino (1998) mostram, em estudo recente, que a indústria paulista não apenas é altamente concentrada, mas que a concentração na apropriação dos lucros vem aumentando – a crise econômica da década de 80, inclusive, afetou muito diferenciadamente as empresas, uma vez que as maiores dentre elas viram seus lucros aumentarem no período. Quanto à descentralização da gestão, deve-se registrar que nada indica que a metrópole de São Paulo, de longe o principal centro de gestão do território no Brasil (Corrêa 1996), esteja perdendo poder de comando em favor de cidades do interior (razão pela qual Martine/Diniz [1997: 220] referem-se à desconcentração da indústria paulista como uma «desconcentração centralizada»). A desconcentração espacial da atividade industrial estimula, é óbvio, uma desconcentração do emprego e, até certo ponto, da urbanização e de certos fatores de qualidade de vida. Contudo, ela não implica, necessariamente, uma perda de *poder* por parte da metrópole paulista.

O estado do Rio de Janeiro ainda abriga o segundo mais importante centro de gestão do território no Brasil (Corrêa 1996). Contudo, sua crise crônica e, sobretudo, a sua infra-estrutura comparativamente inferior, fazem com que a desconcentração física de atividades (e portanto do emprego) não se apresente, aí, como digna de nota, muito ao contrário daquela que se observa no entorno da metrópole paulistana e, como se disse, mesmo rumo ao interior do estado de São Paulo e outras partes do Centro-Sul. Na realidade, os poucos casos significativos recentes de interiorização da atividade industrial do Rio de Janeiro têm a ver, quase sempre, com a escolha de uma localização interiorana por parte de uma empresa com sede fora do estado e do próprio país, e não com uma relocação a partir da metrópole; é o que ocorre com as montadoras Volkswagen e Peugeot, que elegeram, respectivamente, os municípios de Resende e Porto Real, situados no Vale do Paraíba. Por outro lado, a involução metropolitana, tão ou mais expressiva no Rio de Janeiro que em São Paulo, tem se encarregado de colocar em marcha uma tendência de alguns segmentos de classe média de aproveitarem as novas facilidades de deslocamento (como a via expressa da Linha Vermelha) para residirem em municípios de clima mais ameno e menos intranquilos e inseguros, como Petrópolis (que hoje em dia não faz mais parte, oficialmente, da região metropolitana). Igualmente o município praiano de Maricá tem atraído, há vários anos, uma população de classe média que, no entanto, trabalha no núcleo metropolitano (incluindo-se aí uma parte do município de Niterói). O qualificativo «suburbanização ampliada» é, também

aqui, extremamente apropriado, a despeito de Maricá integrar a região metropolitana.

Quanto às metrópoles regionais tradicionais (Porto Alegre, Curitiba, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Fortaleza e Belém), a maioria delas também apresenta taxas de crescimento populacional declinantes e sinais evidentes de «involução» no sentido de Milton Santos. Mesmo Curitiba, que aparece como a principal exceção a esse quadro de estagnação demográfica e agravamento da questão urbana, o é apenas parcialmente, pois lá os problemas e conflitos também se avolumam e, como se viu, mesmo a fragmentação do tecido sociopolítico-espacial já se vai esboçando.

## 5. Conclusão

A economia e a sociedade brasileiras vêm passando por grandes transformações nos últimos anos, com significativos reflexos espaciais. A reestruturação produtiva alcançou também o Brasil a partir dos anos 90, o que tem contribuído para a continuidade de uma desconcentração da atividade industrial (e do emprego) a partir do estado de São Paulo – o que, de fato, já vinha ocorrendo desde a década de 70. Ao lado disso, a própria urbanização tem se desconcentrado no Brasil, na verdade de forma bem mais difusa que a atividade industrial. Também o agravamento dos fatores de deseconomias de aglomeração nas grandes metrópoles tradicionais, sobretudo nas duas metrópoles nacionais, tem colaborado para uma diminuição da atratividade destes espaços para indivíduos (migrantes) e empresas, ao mesmo tempo em que as novas tecnologias de comunicação e informação levam ao aumento da atratividade de cidades médias e pequenas, notadamente em algumas porções do Centro-Sul melhor dotadas de infra-estrutura técnica e social. Em contraste, regiões inteiras, como a maior parte do Nordeste, ficam marginalizadas, perdendo importância relativa.

As metrópoles, especialmente as duas nacionais, cada vez mais se apresentam, por outro lado, como espaços problemáticos e tensos. Embora o papel do Rio de Janeiro enquanto centro de gestão do território continue expressivo, e o de São Paulo até venha crescendo em importância – ambas permanecem abrigando as sedes das principais empresas privadas e estatais –, as duas metrópoles nacionais cada vez mais se configuram como espaços marcados por grandes contrastes: ao lado da riqueza e da «modernidade», a pobreza e os conflitos (inclusive em suas formas mais «modernas», como o crime razoavelmente organizado vincula-

do ao tráfico de drogas). Mais do que um simples recrudescimento da segregação residencial, o que se passa em São Paulo e no Rio de Janeiro é, como se argumentou nas páginas precedentes, uma *fragmentação do tecido sociopolítico-espacial*. Assim, tanto na escala metropolitana quanto nas escalas regional e nacional, o exame da organização espacial brasileira demonstra que, a despeito de uma crescente complexidade e de um afinamento com as tendências globais no que tange à regulação da economia, as disparidades socioeconômico-espaciais não estão cedendo – pelo contrário.

O modelo explicativo da fragmentação do tecido sociopolítico-espacial é um aprofundamento necessário da discussão sobre a involução metropolitana. Uma vez suplementado por uma análise da suburbanização ampliada e integrado à análise da desmetropolização, constitui-se em uma contribuição à elucidação da dinâmica sócio-espacial das metrópoles brasileiras e ao estudo de algumas das facetas mais importantes e preocupantes da urbanização brasileira nas décadas de 80 e 90. Além do mais, uma vez que as singularidades e particularidades locais, regionais e nacionais não eliminam várias e essenciais semelhanças entre as metrópoles dos diversos países (semi)periféricos, é lícito conjecturar que o quadro de referência teórico-conceitual embutido no presente estudo pode, ao menos parcialmente, revelar-se útil para a investigação dos processos de urbanização também em outros países, principalmente da América Latina.

## Bibliografia

- ANDRADE, Thompson Almeida / SERRA, Rodrigo Valente (1998): *O recente desempenho das cidades médias no crescimento populacional urbano brasileiro*, Rio de Janeiro: IPEA (Texto para discussão, 554).
- ANTUNES, Ricardo (1995): *Adeus ao trabalho. Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*, São Paulo e Campinas: Cortez/Editora da UNICAMP.
- BÄHR, Jürgen / WEHRHAHN, Rainer (1995): «Polarization Reversal in der Entwicklung brasilianischer Metropolen? Eine Analyse anhand demographischer Indikatoren am Beispiel von São Paulo», em: *Erdkunde* 49(3), 213-231.
- BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade / DEDECCA, Cláudio / HENRIQUE, Wilnês (1997): «Mercado de trabalho e exclusão social no Brasil», em: Oliveira, Carlos Alonso Barbosa de / Mattoso, Jorge Eduardo Levi (eds.): *Crise e trabalho no Brasil. Modernidade ou volta ao passado?*, 2.<sup>a</sup> ed., São Paulo: Scritta.
- CACCIAMALI, Maria Cristina / BEZERRA, Lindemberg de Lima (1997): «Produtividade e emprego industrial no Brasil», em: Carleial, Liana / Valle, Rogério (eds.): *Reestruturação produtiva e mercado de trabalho no Brasil*, São Paulo: HUCITEC/ABET.
- CANO, Wilson (1997): «Concentração e desconcentração econômica regional no Brasil: 1970/95», em: *Economia e Sociedade* 8, 101-141.
- CASTELLS, Manuel (1989): *The Informational City. Information Technology, Economic Restructuring, and the Urban-Regional Process*, Londres: Blackwell.
- CORRÊA, Roberto Lobato (1996): «Metrópoles, corporações e espaço: uma introdução ao caso brasileiro», em: Castro, Iná Elias de / Gomes, Paulo Cesar da Costa / Corrêa, Roberto Lobato (eds.): *Brasil: questões atuais da reorganização do território*, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- DEDECCA, Claudio (1997): «Racionalização econômica e heterogeneidade nas relações e nos mercados de trabalho no capitalismo avançado», em: Oliveira, Carlos Alonso / Mattoso, Jorge Eduardo (eds.): *Crise e trabalho no Brasil. Modernidade ou volta ao passado?*, 2.<sup>a</sup> ed., São Paulo: Scritta.
- DINIZ, Clélio Campolina (1993): «Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração, nem contínua polarização», em: *Nova Economia* 3(1), 35-65.
- DINIZ, Clélio Campolina (1995): *A dinâmica regional recente da economia brasileira e suas perspectivas*, Rio de Janeiro: IPEA (Texto para discussão, 375).
- FRIEDMANN, John / WOLFF, Goetz (1982): «World City Formation: An Agenda for Research and action», em: *International Journal of Urban and Regional Research* 6(3), 309-344.
- FURLANETTO, Diva / CRUZ, Jana Maria / ALMEIDA, Roberto Schmidt de (1987): «Promoção imobiliária e espaço residencial da classe média na periferia metropolitana do Rio de Janeiro», em: *Revista Brasileira de Geografia* 49(2), 27-56.
- GAEBE, Wolf (1987): *Verdichtungsräume. Strukturen und Prozesse in weltweiten Vergleichen*, Stuttgart: B. G. Teubner.
- IBGE (1982): *Anuário estatístico do Brasil 1982*, Rio de Janeiro: IBGE.
- IBGE (1995): *Anuário estatístico do Brasil 1995*. Rio de Janeiro: IBGE.
- IBGE (1997): *Anuário estatístico do Brasil 1997*. Rio de Janeiro: IBGE.



MARTINE, George (1992): *Processos recentes de concentração e desconcentração urbana no Brasil: determinantes e implicações*, Brasília, mimeo.

MARTINE, George / DINIZ, Clélio Campolina (1997): «Economic and Demographic Concentration in Brazil: Recent Inversion of Historical Patterns», em: Jones, Gavin / Visaria, Pravin (eds.): *Urbanization in Large Developing Countries*, Oxford: Clarendon Press.

MARX, Karl (1978 [1852]): «O 18 brumário de Luís Bonaparte», em: *O 18 brumário e cartas a Kugelmann*, Rio de Janeiro: Paz e Terra.

MARX, Karl (1980 [1867]): *O capital*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

MARX, Karl / ENGELS, Friedrich (1982 [1848]): «Manifesto do Partido Comunista», em: MARX, Karl / ENGELS, Friedrich: *Obras escolhidas*, tomo I, Moscou, Lisboa: Progresso/«Avante!».

OLIVEIRA, Francisco de / COMIN, Alexandre / SARAIVA, Flávio Mesquita / LINO, Hélio Francisco Corrêa (1998): «Crise e concentração. Quem é quem na indústria paulista», em: OLIVEIRA, Francisco de: *Os direitos do antivalor. A economia política da hegemonia imperfeita*, Petrópolis: Vozes.

PERULLI, Paolo (1995): *Atlas metropolitano. El cambio social en las grandes ciudades*, Madrid: Alianza Editorial.

PORTUGAL, Marcelo / GARCIA, Lúcia (1997): «Notas sobre o desemprego estrutural no Brasil», em: Carleial, Liana / Valle, Rogério (eds.): *Reestruturação produtiva e mercado de trabalho no Brasil*, São Paulo: HUCITEC/ABET.

REDWOOD III, John (1984): «Reversión de polarización, ciudades secundarias y eficiencia en el desarrollo nacional: una visión teórica aplicada al Brasil contemporáneo», *EURE* vol. XI (32), 35-56.

ROCHA, Sonia (1995): «Governabilidade e pobreza: o desafio dos números», em: Valladares, L. / Coelho, M. P. (eds.): *Governabilidade e pobreza no Brasil*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

ROCHA, Sonia (1996): «Pobreza e desigualdades regionais: caracterização recente e perspectivas», em: IPEA: *A economia brasileira em perspectiva – 1996*, vol. 2, Rio de Janeiro: IPEA.

ROCHA, Sonia (1997a): «Crise, estabilização e pobreza – 1990 a 1995», em: *Conjuntura Econômica* 51(1), 22-25.

ROCHA, Sonia (1997b): *Tendência evolutiva e características da pobreza no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: IPEA (Textos para discussão, 536).

SALM, Claudio / SABÓIA, João / CARVALHO, Paulo Gonzaga (1997): «Produtividade na indústria brasileira: uma contribuição ao debate», em: Carleial, Liana / Valle, Rogério (eds.): *Reestruturação produtiva e mercado de trabalho no Brasil*, São Paulo: HUCITEC/ABET.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos (1981): «Condomínios exclusivos: o que diria a respeito um arqueólogo?», em: *Revista de Administração Municipal* 28(160), 6-29.

SANTOS, Milton (1993): *A urbanização brasileira*, São Paulo: HUCITEC.

SASSEN, Saskia (1991): *The Global City. New York, London, Tokyo*, Princeton (NJ): Princeton University Press.

SENNETT, Richard (1989): *O declínio do homem público. As tiranias da intimidade*, São Paulo: Companhia das Letras.

SOUZA, Marcelo Lopes de (1994a): «Funcionalidade e disfuncionalidade das metrópoles para o desenvolvimento brasileiro. Questões para uma política urbana que se proponha a ser crítica», em: *Anais do 5º Congresso Brasileiro de Geógrafos*, vol. 1. Curitiba.

SOUZA, Marcelo Lopes de (1994b): «Urbanização e desenvolvimento. Rediscutindo o urbano e a urbanização como fatores e símbolos de desenvolvimento à luz da experiência brasileira recente», em: *Revista Brasileira de Geografia* 56 (1/4), 255-291 (Publicado em 1996).

SOUZA, Marcelo Lopes de (1995a): «O narcotráfico no Rio de Janeiro, sua territorialidade e a dialética entre 'ordem' e 'desordem'», em: *Cadernos de Geociências* (IBGE), 161-171.

SOUZA, Marcelo Lopes de (1995b): «Die fragmentierte Metropole. Der Drogenhandel und seine Territorialität in Rio de Janeiro», em: *Geographische Zeitschrift* 83 (3/4), 238-249.

SOUZA, Marcelo Lopes (1996): «As drogas e a 'questão urbana' no Brasil. A dinâmica sócio-espacial nas cidades brasileiras sob a influência do tráfico de tóxicos», em: Castro, Iná Elias de / Gomes, Paulo Cesar da Costa / Corrêa, Roberto Lobato (eds.): *Brasil: questões atuais da reorganização do território*, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

SOUZA, Marcelo Lopes de (1997): «Exclusão social, fragmentação do tecido sociopolítico-espacial da cidade e 'ingovernabilidade urbana'. Ensaio a propósito do desafio de um 'desenvolvimento sustentável' nas cidades brasileiras», em: Silva, José Borzacchiello / Costa, Maria Clélia Lustosa / Dantas, Eustógio (eds.): *A cidade e o urbano – Temas para debates*, Fortaleza: Edições UFC.